



A Busca pela Cidadania através da Edu-Comunicação e Movimentos Sociais¹

Gabriela Spagnuolo Cavicchioli²

Universidade Estadual de Londrina

RESUMO

Considerando que nos encontramos em uma sociedade tecnológica e globalizada, uma vez que as mudanças no mundo estão cada vez mais visíveis, percebe-se a força que a tecnologia exerce sobre a sociedade, seja no aspecto político, social ou econômico. Levando em conta as distintas implicações da relação comunicação-educação, este trabalho delinear-se-á no âmbito da educação não-formal, especificamente no contexto das ONG's, onde busca-se, na práxis cotidiana, contribuições para a constituição de culturas populares e formação para cidadania. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pautada em Cortina (2005), Gohn (1997,2004) e Peruzzo (2001), na qual, faz-se uma conceituação histórica do que vem a ser cidadania e movimentos sociais, para um melhor entendimento da educação para a cidadania nestas organizações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; educação; cidadania; movimentos sociais.

A RELAÇÃO COMUNICAÇÃO – EDUCAÇÃO

O surgimento e desenvolvimento dos meios de comunicação vêm ganhando espaço considerável no que diz respeito à vida social e cotidiana das pessoas, tanto no Brasil quanto no mundo. Neste sentido, percebe-se o aumento do consumo de equipamentos relacionados aos avanços tecnológicos, tais como celulares, computadores, televisões, rádios, eletrônicos em geral, etc.

Não se pode negar que o sistema midiático-cultural elabora e difunde visões de mundo, sentidos e explicações para a vida e prática das pessoas, influenciando cada vez mais o cotidiano, linguagens e crenças.

No que se refere ao campo científico, encontram-se em evidência os estudos referentes à comunicação e educação, que procuram avaliar as relações e inter-relações

¹Trabalho apresentado na Divisão Temática “Comunicação, Espaço e Cidadania”, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Recém formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina e estudante de Pós-graduação em Comunicação Popular e Comunitária, pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: gabi_uel@hotmail.com



dos campos do conhecimento supracitados, de forma a analisar a questão do ensino-aprendizagem; utilização dos aparatos midiáticos como instrumentos na escola e na sala de aula; a influência que a mídia exerce nos processos de formação dos seres humanos; a preocupação pela formação de indivíduos críticos e reflexivos frente os discursos veiculados nos meios de comunicação, etc. Ressalta-se, entretanto, que esta relação entre comunicação e educação não é compreendida satisfatoriamente por profissionais das respectivas áreas, e assim, pouco valorizada entre eles (PERUZZO, 2001).

Levando em conta as distintas implicações da relação comunicação – educação, este trabalho focará em uma diferente perspectiva das já colocadas acima, delineando-se no âmbito da educação não-formal, especificamente no contexto das Organizações não Governamentais (ONGs), onde as pessoas se mobilizam a fim de tratar de temáticas sociais que dizem respeito à sociedade, como ecologia, paz, direitos e deveres dos cidadãos, etc. (PERUZZO, 2001).

Assim sendo, de acordo com Cecília Peruzzo (2001, p. 112), “manifestações de tal ordem, ocorridas na sociedade civil, vêm revelando a existência de uma comunicação diferenciada [...], destacando-se principalmente aqueles gerados nas camadas subalternas da população, ou a elas ligados de modo orgânico”.

CIDADANIA: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES

O conceito de cidadania é amplo e complexo, estando presentes em diversas dimensões. Em direito internacional, a cidadania está diretamente relacionada à nacionalidade, ou seja, ao direito de ser pertencente a uma nação, englobando para e além disso, os direitos do homem em sociedade, a saber: garantia pela proteção legal (igualdade perante a lei); direito de ir e vir livremente; participação política (votar e ser votado); direito de expressão, direito de ter documentação como identidade, etc. (cf. PERUZZO, 2001). Segundo a autora (2001, p. 113), “em sua essência, cidadania funda-se em concepções de sociedade, e como tal, são essas concepções que orientam a cidadania”.

Já na concepção liberal, percebe-se uma individualização na cidadania, ou seja, o foco aqui é o indivíduo e seus direitos/interesses enquanto pessoa individual/particular. Além disso, destaca-se a separação entre setor público e privado. De acordo com Abranches, 1985 (apud PERUZZO, 2001, p. 113), “o modelo liberal desaconselha a ação social e política, com base na concepção de que apenas a ação econômica privada



pode conduzir ao bem-estar coletivo. A personalidade do cidadão era absorvida pela ‘personalidade’ do produtor e trocador de mercadorias”.

Cita-se uma terceira concepção de cidadania, baseada em Rousseau – no século XVIII – que é procedente da noção grega de *polis* (cidade), termo proveniente de *politikos* (político = ser social). Aqui, o conceito de cidadania é relacionado com os direitos coletivos, “que favorecendo o desenvolvimento da individualidade, pressupõe a ação política e sua socialização” (PERUZZO, 2001, p. 113). Assim, essa perspectiva visa uma legislação que procura abarcar os princípios de igualdade e liberdade, implicando não apenas nos direitos do indivíduo, como também em seus deveres em sociedade, ou seja, a integração do indivíduo à coletividade política.

Segundo Barbalet, 1989 (apud PERUZZO, 2001, p. 113), a prática mostra que a dimensão política somente não é suficiente pra compreender-se o conceito de cidadania em sua totalidade; “o problema está em quem pode exercê-la e em que termos é exercida”. Percebe-se que por um lado tem-se a cidadania como direito, todavia, de outro, encontra-se a incapacitação política dos cidadãos, uma vez que, no Brasil, por exemplo, “a mulher e os analfabetos só adquiriram o direito de votar em 1934 e 1988, respectivamente” (PERUZZO, 2001, p. 114).

Já para Aristóteles, cidadania era sinônimo de status, ou seja, o privilégio do grupo dirigente da cidade-estado. Assim, o que fica claro é que o conceito de cidadania precisa ser entendido de acordo com o período histórico e o país ou lugar em que se faz a análise do conceito. De acordo com Peruzzo (2001, p. 114), “[...] o *status* de cidadão é uma construção social que vem se modificando ao longo da história, numa extensão que varia conforme os países”.

Outro fator de grande importância é a diferença entre cidadania e direitos humanos. Moretti, 1999 (apud PERUZZO, 2001), aponta que a cidadania pode variar de uma sociedade para outra, uma vez que é regulada pelo Estado. Já os direitos humanos ultrapassam os limites de uma nação, sendo eles universais e históricos.

(...) a cidadania incorpora três tipos de direitos: os civis, os políticos e os sociais. O *elemento civil* é composto dos direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, pensamento e fé, o direito à propriedade e o direito à justiça. Tais direitos estão sob a alçada do poder judiciário. Por *elemento político* da cidadania, deve-se entender o direito de participar do exercício do poder político, como membro de um organismo investido de autoridade política ou como eleitor de tais membros.



[...] O *elemento social* da cidadania se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança, ao direito de participar da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade [...] (MARSHALL, 1967 apud PERUZZO, 2001, p. 114,115).

Neste trabalho, encarar-se-á o conceito de cidadania permeado das seguintes características: o cidadão tem direitos e deveres dentro da sociedade; a cidadania é histórica, ou seja, varia de acordo com o período histórico e o contexto em que se encontra; a cidadania é uma conquista do povo, depende da participação; a cidadania inclui os direitos sociais e coletivos, não se limitando à liberdade individual e participação política (cf. PERUZZO, 2001).

Todavia, para o exercício de uma cidadania plena e efetiva, é necessário que os indivíduos criem uma identidade frente o grupo ao qual pertencem, ou seja, um vínculo social com o mesmo. Caso contrário, é evidente que ocorrerá uma falta de adesão por parte dos indivíduos que compõem determinada comunidade, onde, sem esta, é impossível responder conjuntamente aos desafios apresentados. Esta identidade pessoal que gera a identidade com o grupo, é chamada de “sentimento de pertença” por Adela Cortina (2005).

Só a pessoa que se sente membro de uma comunidade concreta, que propõe uma forma de vida determinada; só quem se sabe reconhecido por uma comunidade desse tipo como um dos seus e adquire sua própria identidade como um membro dela pode sentir-se motivado a se integrar ativamente nela (CORTINA, 2005, p. 26).

Assim, como dito no início deste artigo, o enfoque da questão da cidadania se faz na esfera da educação não-formal, a partir da práxis dos movimentos populares e demais organizações que tenham como estratégia o cumprimento de interesses coletivos. Neste sentido, o que vem a ser os movimentos sociais e em que dinâmica eles se encontram frente uma sociedade neoliberal?

MOVIMENTOS SOCIAIS: AVANÇOS E RETROCESSOS



A década de 70 e 80 foi marcada por um grande furor de militância advinda dos movimentos sociais, os quais desempenhavam uma ação reivindicatória e tinham o Estado como inimigo, compreendendo-o como o responsável pela crise social e as desigualdades existentes. Tais movimentos - na sua grande maioria urbanos - encontravam-se articulados à Igreja Católica e a Teologia da Libertação, e eram caracterizados por lutas contra o desemprego e contra o regime político da época, bem como, exigiam direitos sociais, políticos, econômicos e culturais de forma mais abrangente, isto é, buscando suprir carências materiais básicas da sociedade em geral (GOHN, 1997).

Nos anos 70 e até a metade de 1980, era consensual que se deveria construir um contrapoder popular, uma força popular, independente do Estado. Não se tratava de estar de costas para o Estado, no dizer Evers (1983), porque esta era uma postura dos movimentos ecológicos europeus; e nem de frente para o Estado (Ammann, 1991), porque este era visto como inimigo pelos movimentos progressistas (GOHN, 1997, p. 32 - 33).

Segundo Gohn (1997), a partir dos anos 80, inicia-se um processo de fragmentação e perda de forças de tais movimentos. O elemento classe social se perde e, o que era uma reivindicação por direito a melhores condições de vida, alimentação, moradia, entre outros, muda de configuração, passando de luta de classes à movimentos isolados de determinados grupos que objetivam causas específicas.

Já a década de 90, é marcada pela crise de grande parte dos movimentos sociais, na medida em que a visão macro enquanto classe social se perde, enfraquecendo a militância coletiva. Ainda para Gohn (1997), pode-se dizer então, que esses movimentos passaram por:

crises internas – de militância, de participação, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto a própria população etc. e crises externas – decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre os diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política, tanto em termos nacionais como em termos dos referenciais internacionais (p.30).

Concomitantemente, tais movimentos sociais foram se reconfigurando no sentido de buscar atender agora, à interesses específicos de determinada parcela da sociedade – caracterizando-se como “novos movimentos” – por exemplo os de caráter



pluriclassistas e conjunturais, que consistem em movimentos de ética na política ou ação da cidadania contra a fome e a miséria; movimentos de desempregados, etc. Outros referem-se aos movimentos identitários e culturais, tais como movimentos de gênero; movimentos geracionais (Hip Hop, Rap, meninos e meninas de rua, movimentos de idosos, etc.) e movimentos dos ambientalistas, ocasionando uma grande ramificação, com diversificadas temáticas (GOHN, 2004).

Porém, juntamente à essa nova roupagem, os chamados “novos” movimentos sociais, perdem seu caráter militante e reivindicatório, “porque suas ações passaram a ser mais propositivas do que reivindicativas” (GOHN, 2004, p.2). Eles enfrentaram ainda, durante os anos 90, a perda de visibilidade, pois segundo Gohn (2004, p. 3), “[...] diminuíram as formas de protestos nas ruas e diminuíram a sua visibilidade na mídia [...]”. Esta foi deslocada para as ONGs, até mesmo porque a mídia dificilmente vai contra aos interesses do Estado, apesar de muitas delas terem vínculo com empresas privadas. Sendo assim,

Ao longo dos anos 80, com a transição democrática, os movimentos passaram a ser interlocutores privilegiados com o Estado e foram mudando sua postura. Nos anos 90, esta mudança se aprofundou porque os movimentos progressistas que sobreviveram à sua crise interna querem participar das políticas públicas, criando uma nova forma democrática, a pública não estatal (GOHN, 1997, p. 33).

Podemos assim dizer, que esses novos movimentos sociais, também passaram por crises de identidade, pois ao invés de romper com o processo de dominação, exercido pelo Estado, estão juntando-se a ele em parceria. Em meio a essas ocorrências, alguns desses movimentos sociais resistiram às crises e mantiveram suas táticas, estratégias e práticas de ações. Um exemplo disso é o movimento dos sem-terra (MST). Outros, no entanto, foram se transformando significativamente, intencionados a participar das políticas públicas, formando uma nova estrutura democrática - a pública não estatal - mais conhecidas como Organizações Não Governamentais (ONGs), focando-se principalmente, em posturas éticas e/ou de revalorização da vida humana.

[...] o termo ONG refere-se a um tipo peculiar de organização da sociedade. Trata-se de um agrupamento de pessoas, organizado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas (GOHN, 1997, p.60).



A partir da criação das ONGs – tornando-se pessoa jurídica – essas passam a cumprir as exigências do Estado ou da esfera privada, muitas vezes até mesmo reproduzindo suas ideologias, a fim de preitar o financiamento destes para o cumprimento dos objetivos propostos. Tais objetivos são em grande parte suprir as lacunas deixadas pelo Estado enquanto provedor das necessidades públicas em diferentes esferas da sociedade civil (saúde, educação, lazer, moradia, segurança, etc.). Vê-se que são notoriamente crescentes as atividades voluntárias e a criação das Organizações Não Governamentais, no mundo como um todo, visando atender às necessidades sociais, as quais não estão sendo cumpridas.

EDU-COMUNICAÇÃO: CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Observa-se que ao longo das últimas décadas, os movimentos sociais têm passado por grandes transformações, em conformidade às mudanças ocorridas no contexto político, social e econômico em que se encontram.

Atualmente, nos deparamos em uma sociedade permeada pelos princípios do neoliberalismo, onde a lógica é que o Estado se afaste de suas funções, delegando-as a sociedade civil; além da priorização pelo setor privado, privatização e terceirização.

As grandes mídias, principalmente a televisão, é um grande meio difusor dos ideais do Estado, divulgando mensagens de caráter assistencialista, como os programas de governo “Amigos da Escola”. Será mesmo que ser cidadão é cumprir a função de um profissional da educação, a fim de colaborar com a educação das crianças do país, uma vez que muitos voluntários não possuem conhecimentos específicos para exercer tal cargo, mesmo que tenham boa vontade?

Neste trabalho, defende-se a cidadania como uma ação coletiva, consciente, crítica e reflexiva, que busca a transformação da realidade, através de uma intervenção efetiva em uma realidade concreta. Daí a diferenciação entre programas de governo de uma cultura política, onde esta última é definida pela consciência da relação existente entre a prática a partir do lugar onde ela se realiza e a totalidade social (CÁCERES, 1987 apud PERUZZO, 2001). Assim, cultura política é entendida no sentido da práxis, a relação entre conhecer e fazer, por isso a importância do “sentimento de pertença” à determinada sociedade.



[...] se queremos superar as crises e contradições nas sociedades pós-capitalistas e pós-liberais, se pretendemos assegurar uma ‘democracia sustentável’, além de criar modelos racionais de justiça, precisamos fortalecer nos indivíduos seu *sentido de pertença a uma comunidade*. Princípios e atitudes são igualmente indispensáveis (CORTINA, 2005, p. 26).

Assim, entende-se cidadania pela ação dos indivíduos – individual e coletivamente – como protagonistas da construção coletiva de direitos e redemocratização da sociedade. Em um corpo social em que as mídias e aparatos midiáticos se fazem tão presentes, difundindo discursos, ideologias, permeando formas de ser, pensar e agir em sociedade, faz-se necessário como cidadãos, não apenas ter uma crítica frente essas questões, como também utilizar esses meios de comunicação no exercício da participação direta, na luta contra-hegemônica, por direitos sociais, políticos, econômicos; de caráter militante e reivindicatório. De acordo com Peruzzo (2001, p. 120),

Está aí o âmago da questão da educação para a cidadania nos movimentos sociais: na inserção das pessoas num processo de comunicação, onde ela pode tornar-se sujeito do seu processo de conhecimento, onde ela pode educar-se através de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade que tal ambiente permite que sejam construídas.

Neste contexto, Cecília Peruzzo (2001) destaca experiências de comunicação, denominadas de popular ou comunitária, onde percebem-se características próprias, fazendo-se possível que os receptores de mensagens midiáticas se tornem também produtores destas, “tornem-se emissores do processo de comunicação” (p. 121).

Explode também uma quantidade de emissoras de rádios comunitárias (cerca de dez mil) a partir das bases da sociedade. Foi quase como se dissesse um ‘basta’ à concentração absoluta dos veículos de comunicação de massa nas mãos dos grandes grupos controladores do poder econômico e político, e, ao mesmo tempo, um ‘precisamos do rádio para fazermos programas voltados para o desenvolvimento de nossas comunidades’” (PERUZZO, 2001, p. 124).

A participação na comunicação é um meio facilitador do alargamento do processo de cidadania, uma vez que possibilita o indivíduo de tornar-se sujeito de ações comunitárias, resultando em um processo educativo. Assim, a pessoa inserida neste processo possivelmente mudará seu modo de ver e estar no mundo, relacionando-se com o mesmo (PERUZZO, 2001).



No Brasil, as configurações mais recentes evidenciam um maior uso das tecnologias de comunicação (rádio, televisão, Internet, etc.) pelas organizações comunitárias e ONGs e de um processo crescente de democratização dos meios de comunicação de massa na sociedade. (...) Tão importante quanto o acesso às tecnologias modernas é o fato da comunicação comunitária ter sabido adaptar-se à conjuntura da década de 1990, caracterizando como espaço mais plural para participação e de respeito as demandas de seus públicos (PERUZZO, 2001, p. 124, 125).

Entende-se que a educação é um ato político e social. Assim, parece ser fundamental levar em conta o momento social, político, econômico, histórico e cultural na qual se vive, pois ao negá-la, impede-se o exercício do indivíduo em democracia.

Neste contexto, faz-se necessário repensar a formação de professores quanto à mediação que deverão fazer perante essa nova realidade, cabendo, assim, às Universidades e instituições responsáveis por esta formação, preocuparem-se e atentarem-se para estas questões, já que educar nesse novo contexto não significa proteger as crianças e adolescentes das diversas mídias, mas sim ensiná-los a selecionar e discutir o conteúdo por ela propagado, voltando-se para a formação de um telespectador mais crítico.

Uma vez que estamos inseridos em uma sociedade tecnológica e globalizada, faz-se necessário não apenas ter uma consciência crítica e reflexiva frente os discursos propagados pelas diversas mídias, como também utilizar os meios de comunicação no processo educativo, de forma coletiva e prático, a fim de colocar o indivíduo como sujeito de sua própria ação, reivindicando uma participação popular em prol do desenvolvimento social e da contribuição para maior consciência dos direitos humanos e dos direitos de cidadania. De acordo com Cecília Peruzzo (2001, p. 125),

É nessa práxis – a prática mais a teorização/reflexão sobre ela – que se desenvolve o processo educativo para a cidadania. Para compreendermos sua dimensão enquanto instrumento educativo para a conquista da cidadania, temos que apanhá-la imbricada nos processos de organização e ação popular mais amplas. Ou seja, no contexto das organizações e movimentos sociais que desencadearam a formação de uma nova cultura política.

Assim, é através das organizações coletivas, por meios dos movimentos sociais, a partir do uso das novas tecnologias como meios para reivindicações e conscientização, que se faz viável uma ação transformadora e efetiva em uma realidade concreta, formando-se uma cultura política, voltada para a práxis e para a cidadania.



REFERÊNCIAS:

CORTINA, Adela. Para uma teoria da Cidadania. In: CORTINA, Adela. **Cidadão do Mundo**. São Paulo: Loyola, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90. In: GOHN, Maria da Glória. **Os sem terras, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais**: espaços de educação não formal da sociedade civil. Universia, 2004. Disponível em:
<http://www.universia.com.br/html/materia/materia_dcfa.html> Acesso em: 15 Março 2008

PERUZZO, Cecília. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. Vol. III. Nº 1. Setembro de 2001.